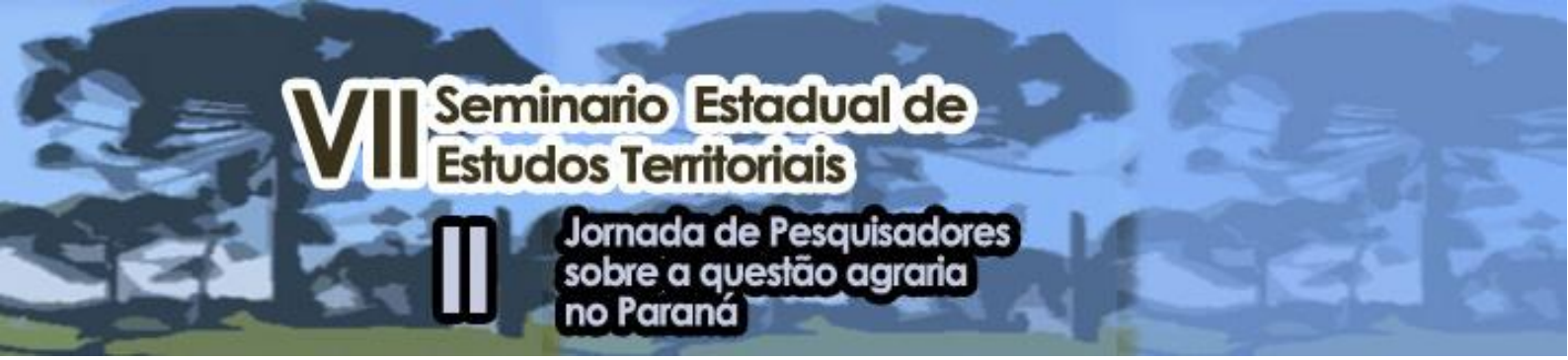


AS PERSPECTIVAS E LIMITES DAS MULHERES JOVENS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL[1]

Merce Paula Müller[2]

Roseli Alves dos Santos[3]

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por finalidade refletir sobre as relações das mulheres jovens no meio rural. Com esse propósito a pesquisa a ser realizada tem como objetivo identificar as perspectivas e limites das mulheres jovens rurais que estudam na Universidade Federal da Fronteira Sul – no campus Realeza possuem em relação a permanência e/ou migração.

Atualmente, com as diversas transformações que ocorreram no espaço agrário nos últimos anos e a própria dinâmica de desenvolvimento capitalista vem alterando a estrutura populacional e fomentando transformações na reprodução social da agricultura brasileira.

O acesso a recursos para permanência no campo e a disposição dos jovens em ter a agricultura como profissão nem sempre são as mesmas, diante disso acontece o impasse na reprodução social entre agricultores familiares e um predomínio maior de mulheres jovens migrando do campo para cidade, resultando na masculinização e envelhecimento do campo.

O meio rural está cada vez mais heterogêneo e desigual, os jovens são os mais afetados por essa dinâmica, as relações entre o espaço urbano e rural e a falta de perspectivas para quem vive da agricultura.

---

1 Pesquisa de Mestrado (em desenvolvimento), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão-PR.

2 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão-PR. E-mail: merce.muller@hotmail.com.

3 Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão-PR.

Considerando, que "a demarcação desta etapa da vida é sempre imprecisa, sendo referida ao fim dos estudos, ao início da vida profissional, à saída da casa paterna ou à constituição de uma nova família ou, ainda, simplesmente a uma faixa etária". (CARNEIRO; CASTRO, 2007). Dessa forma, os jovens e as jovens se encontram num tempo de escolhas de permanência na agricultura ou projetos profissionais fora do meio rural.

Conforme Brumer (2007, p. 42) "para o avanço das pesquisas sobre a migração dos jovens, destaca-se a importância de novos estudos sobre os fatores que atraem os jovens para atividade e para a vida no meio rural". Ainda segundo Brumer (2007, p. 42) "é necessária uma abordagem de gênero, que dê conta das condições de inserção e dos interesses e motivações de rapazes e moças".

É neste contexto que a vinda da Universidade Federal da Fronteira Sul para região Sudoeste do Paraná, constituída a partir de um movimento popular para atender à agricultura familiar promove condições materiais para qualificação dos jovens, mas, ao mesmo tempo, oportuniza a saída do campo.

O trabalho da mulher no meio rural

Os estudos sobre o trabalho feminino no Brasil centram-se principalmente na visão da produção, deixando de lado o lugar ocupado pela mulher na sociedade que determina seu papel na família. Segundo Bruschini e Lombardi (2007, p. 49) "as pesquisas tomaram novo rumo quando passaram a focalizar a articulação entre o espaço produtivo e a família, ou espaço reprodutivo".

Conforme as autoras para as mulheres, a vivência do trabalho implica sempre a combinação dessas duas esferas, pelo entrosamento e pela superposição tanto no meio urbano como no rural. Helena e Cintrão apud Bruschini e Lombardi (2007, p. 49) apontam que na agricultura:

> […] as mulheres participam do trabalho na agricultura e se responsabilizam pelo "quintal", onde desenvolvem tano atividades agrícolas (hortas, pequeno roçado para consumo, transformação de alimentos) como o trato dos animais, em especial os de pequeno porte para consumo familiar. Tais atividades muitas vezes não são

> consideradas "trabalho", e sim "ajuda", não sendo contabilizadas em termos monetários.

O esforço do trabalho realizado pelas mulheres na agricultura, mesmo que sejam vendidos os produtos gerados das atividades realizadas é desconsiderado. O trabalho agrícola é considerado uma extensão das suas tarefas domésticas para a mulher, sendo que trabalhar nas atividades agrícolas é o mesmo que trabalhar em casa.

Nas políticas públicas a ideia da mulher como força de trabalho secundária também está presente. Para Abramo (2007) tanto nas decisões políticas, gerenciais e empresariais como também em outros aspectos da situação econômica, marcadas e atingidas pelas políticas públicas de emprego, geração de renda, formação profissional, assim como nas políticas desenvolvimento como os programas agrícolas como acesso à propriedade da terra e ao crédito. Como por exemplo:

> […] devido as tradições e/ou à legislação sobre o direito de propriedade e o direito à terra, bens que poderiam servir para garantir créditos normalmente não estão em nome da mulher, seja por que ela não tem plena capacidade jurídica para assinar contratos, seja porque os bancos exigem o consentimento do marido […]. As mulheres continuam sendo ignoradas pelos programas de desenvolvimento agrícola e não tem conseguido créditos e outros recursos produtivos porque, em geral, não detêm a propriedade de suas terras (ABRAMO, 2007, p. 35).

Na agricultura as mulheres não são reconhecidas como uma provável chefe de família, mas entram na atividade agrícola com o casamento. As mulheres são de certa maneira encaminhadas para desistência da terra da família através do casamento, migração e celibato que podem ser considerados como formas de exclusão da chefia feminina nas unidades produtivas.

Com a valorização da escolarização, o acesso de profissões não agrícolas e aos padrões urbanos as jovens filhas de agricultores não desejam casar-se com agricultores para evitar a submeter-se as condições de vida no meio rural e acabam migrando para regiões urbanas. Como destaca Stropasolas (2005, p.19) que:

> Diversos depoimentos indicam que as moças que saem para estudar não regressam mais às comunidades rurais e, ao buscar os estudos, recusam o casamento com os filhos de agricultores porque isto representa a continuidade da condição social da

> mulher na agricultura, condição vivida por suas mães, e que elas não pretendem reproduzir

Um dos fatores de mudança, os mais importantes são segundo Stropasolas (2005, p. 20):

> […] os que se relacionam com a decisiva transformação da função da instituição escolar na reprodução da diferença entre os gêneros, tais como o aumento do acesso das mulheres à instrução e, correlativamente, à independência econômica e à transformação das estruturas familiares.

Para Bourdieu (1999) apud Stropasolas (2005, p. 20) "uma das mudanças mais importantes na condição das mulheres e um dos fatores mais decisivos da transformação desta condição é, sem dúvida, o aumento de jovens que ingressam no ensino secundário e superior". Esta situação, "pela relação com as transformações das estruturas produtivas, levou a uma modificação realmente importante da posição das mulheres na divisão do trabalho (STROPASOLAS, 2005, p. 20).

As desigualdades de gênero existentes na agricultura, na qual o trabalho das jovens e das suas mães permanece desvalorizado socialmente, não considerado produtivo, simplesmente por ser realizado por mulheres. As dificuldades em ter acesso aos rendimentos obtidos e nem a possibilidade de suceder os pais na gestão da unidade produtiva, faz com que muitas mulheres e principalmente as jovens valorizam o trabalho não agrícola, pois com a realização de um trabalho independente, elas mesmas administram o recurso obtido do trabalho.

As mulheres jovens principalmente são mais críticas em relação ao modo de vida dos seus pais e não se identificam com o trabalho na agricultura, pois as condições que estão submetidas sem possibilidades de reconhecimento, emancipação e realização profissional. Com isso, as mulheres jovens vislumbram projetos profissionais em atividades não agrícolas com mais frequência que os jovens.

Discussões a cerca da juventude

O debate que existe em torno do termo juventude leva a várias definições diferentes. Segundo Wanderley (2007, p. 22) a juventude corresponde:

> […] a um momento no ciclo da vida, caracterizado como um período de transição entre a infância e a idade adulta. Culturalmente determinada, a demarcação desta etapa da vida é sempre imprecisa, sendo referido ao fim dos estudos, ao início da vida profissional, a saída de casa ou a constituição de uma nova família ou, ainda, simplesmente a uma faixa etária.

Para Zagury (2004) apud Dalcin e Troian (2009, p.4) "a juventude é considerada como uma fase do desenvolvimento humano que requer direitos e deveres específicos". Logo para Abramo, Freitas e Sposito (2000) apud Dalcin e Troian (2009, p.4), "a juventude caracteriza-se por dois períodos: adolescência e juventude propriamente dita. O ponto de partida da adolescência inicia-se aos 15 anos de idade e estendem-se até os 19 anos, aos 20 anos há início de uma nova fase que vai até 24 anos". Dessa maneira, delimita-se juventude em função da idade cronológica.

Na definição de juventude é muito comum a classificação etária que é construída a partir de limites mínimos e máximos de idade. A Organização Mundial da Saúde e a UNESCO adotam o corte etário de 15 a 24 anos procurando delimitar o conceito de juventude com limites mínimos de entrada no mundo do trabalho e limites previstos do término da escolarização formal. Dessa forma, o conceito de juventude a partir de uma faixa etária é pautado no término da adolescência e o mundo adulto se estabelece a partir da Conferencia Internacional sobre Juventude – Conferencia de Grenoble em 1964.

O Brasil segue o padrão de análise da Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ) e também o Estatuto da Juventude Lei nº 12.852 de 05 de agosto de 2013 que define como jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos.

Para Abramovay (2000) apud Dalcin e Troian (2009, p.4) "a juventude rural caracteriza-se por ser um momento de diversas fases semelhantes às vivenciadas pelos jovens urbanos". Logo Oliveira (2006) apud Dalcin e Troian (2009, p. 5) "define juventude a partir de cinco abordagens como a faixa etária, o ciclo de vida, a geração, a cultura ou modo de vida e representação social".

Além da definição do que é juventude, ganha espaço as mudanças de valores e comportamentos deste ser jovem. "A mudança que tem assento em aspectos estruturais, econômicos, sociais, políticos e culturais, trazidas no bojo do avanço da globalização, por meio das 'novas ruralidades'". (BRUMER, 2006, p.5 apud Dalcin e Troian, 2009, p.4).

O jovem no meio rural

Nos últimos anos é grande o número de estudos sobre a juventude, por isso quando se trata de juventude rural dois temas são recorrentes:

> […] a tendência emigratória dos jovens, em grande parte justificada por uma visão relativamente negativa da atividade agrícola e dos benefícios que ela propicia; e as características ou problemas existentes na transferência dos estabelecimentos agrícolas familiares à nova geração. (BRUMER, 2007, p. 36)

Segundo Carneiro e Castro (2007, p. 23) o meio rural apresenta três características fundamentais:

> […] o habitat disperso, a dependência em relação à sede municipal ou a outra cidade próxima e a precariedade do acesso a bens e serviços socialmente necessários, inclusive o acesso a ocupações não agrícolas. Esta situação afeta profundamente os jovens rurais, tanto em sua vida cotidiana, quanto no que se refere às suas possibilidades futuras.

No entanto, segundo Dalcin e Troian (2009, p.3) "percebem-se que as formas de sociedades rurais contemporâneas apresentam significativas transformações no âmbito das concepções de mundo, estilos de vida, modalidades de trabalho e, sobretudo, dos processos de tomada de decisão".

Diante deste contexto, "emerge a problemática da desvalorização do meio rural por parte da juventude, que dentre as implicações, tem contribuído com a constante saída de jovens para as cidades em busca de novos horizontes profissionais e pessoais". (DALCIN E TROIAN, 2009, p. 3).

Há ainda que considerar "a crise social por eles vivenciada mais diretamente, tem dimensões específicas que sob muitos aspectos, é distinta daquela vivida pelos jovens

urbanos" (WANDERLEY, 2007, p. 22-23). Que decorre principalmente "de seu pertencimento e um ambiente social específico o meio rural e quando é o caso, uma unidade familiar agrícola, com características também específicas". (WANDERLEY, 2007, p. 23)

Ainda de acordo com Wanderley (2007, p. 23) o estudo da juventude rural supõe a compreensão de uma dupla dinâmica social que por um lado:

> […] uma dinâmica espacial que relaciona a casa (a família), a vizinhança (a comunidade) e a cidade (o mundo urbano industrial). Mais do que espaços distintos e superpostos, trata-se essencialmente dos espaços de vida que se entrelaçam e que dão conteúdo à experiência dos jovens e à sua inserção na sociedade.

E por outro lado, nestes espaços ainda:

> […] a vida cotidiana e as perspectivas para o futuro são imbuídas de uma dinâmica temporal: o passado das tradições familiares – que inspira as práticas e as estratégias do presente e do encaminhamento do futuro; o presente da vida cotidiana – centrado na educação, no trabalho e na sociabilidade local e o futuro, que se expressa, especialmente, através de escolhas profissionais, das estratégias matrimoniais e de constituição patrimonial, das práticas de herança e sucessão e das estratégias de migração temporária ou definitiva. (WANDERLEY, 2007, p. 23)

Segundo Carneiro (1998) os jovens balançam entre o projeto de construírem vidas mais individualizadas, com desejo de um melhor padrão de vida e de "serem algo na vida" e diante disso aparece também o compromisso com a família, que se confunde com o pertencimento a comunidade de origem. E dentro de tudo isso está a construção de uma identidade do jovem que possui laços com a cultura de origem e se imagina numa dentro de uma cultura urbana e moderna que surge como uma referência para construção de projetos futuros.

E na construção dos projetos individuais que aparece a intenção de sair para estudar fora e ter uma profissão que ao mesmo tempo convive com a vontade de residir na localidade de origem.

Para Pereira (2004) apud Dalcin e Troian (2009, p.6) os jovens do meio rural das gerações passadas construíam suas experiências em espaço social mais restrito, enquanto que as gerações atuais estão cada vez mais ligadas neste campo com relações sociais e culturais

mais amplas, o que possibilita a estes jovens repensarem suas identidades e suas relações pessoais.

A migração dos jovens do meio rural

Os dados demográficos do IBGE têm sido utilizados para demonstrar a transformação social que vem ocorrendo nas últimas décadas. Em 1950, a população residente em zonas rurais correspondia a 63,8% da população total brasileira, em 2000 esta proporção havia caído para 18,8% do total da população brasileira e em 2010 caiu ainda mais para 15,6% da população.

Conforme os dados disponibilizados pelo IBGE referente ao censo de 2010, há 34.336,04 jovens entre 15 a 24 anos de idade, sendo que apenas 18,4% deles residem no meio rural. Na região Sul do Brasil, os jovens entre 15 a 24 anos chegam a representar 15,89% da população rural.

Visto que segundo uma pesquisa desenvolvida por Camarano e Abramovay (1998 apud FERRARI et al, 2004) "mostra a crescente masculinização da população rural brasileira, fruto do predomínio feminino no processo migratório rural-urbano". Na pesquisa Camarano e Abramovay (1998 apud FERRARI et al, 2004) identificaram:

> […] uma mudança no perfil do fluxo migratório rural: nos anos 1950 o ponto máximo da migração ocorria no grupo etário de 30 a 39 anos; já nos anos 1990 predomina a saída de rapazes de 20 a 24 anos e de moças de 15 a 19 anos, havendo uma tendência recente de acréscimo do fluxo de jovens com idade inferior a 20 anos. O resultado é uma progressão da razão de sexos nos grupos de idade de 15 a 29 anos, sobretudo naqueles entre 15 e 19 anos.

Os motivos para emigração conforme Brumer (2007, p. 36) "estão de um lado, os atrativos da vida urbana, principalmente em opções de trabalho remunerado (fatores de atração); e de outro lado, as dificuldades da vida no meio rural e da atividade agrícola (fatores de expulsão)". Que para Brumer (2007, p. 37) "na decisão de migrar, provavelmente os fatores de expulsão são anteriores aos de atração, na medida que os indivíduos fazem um balanço entre a situação vivida e a expectativa sobre a nova situação".

No entanto, a agricultura é uma atividade econômica em que as relações familiares têm grande importância, sendo que não existe atividade como está em que à família seja a base para continuação do trabalho na propriedade. “O compromisso dos jovens com a família é indispensável ao funcionamento e à reprodução da unidade produtiva e se expressa, especialmente, na sua participação no sistema de atividade familiar” (WANDERLEY, 2007, p. 24).

No final da década de 70, como afirma (MELLO; SILVESTRO, 2002, p. 55): “[…] a continuidade da profissão de agricultor revestia-se do caráter de uma obrigação moral e o conhecimento que o jovem adquiria com sua família era considerado suficiente para gerir o estabelecimento agrícola e continuar o processo sucessório”.

Com a nova dinâmica do desenvolvimento capitalista vem transformando as condições de reprodução do capital e da força de trabalho da agricultura familiar, assim fazendo o meio rural um espaço social cada vez mais complexo.

> No caso brasileiro de condições historicamente adversas às pequenas unidades produtivas, as novas gerações de agricultores familiares veem reduzidas suas possibilidades de permanência nesta atividade. Isto tem implicações sociais relevantes, uma vez que, de um modo geral, a continuidade da profissão agrícola depende da reprodução social com base familiar. Isso porque a sucessão na agricultura familiar tende a ser endógena, com, pelo menos, um dos filhos sucedendo o pai na unidade produtiva sendo pouco frequente a adesão a essa atividade profissional por pessoas sem vivência familiar nesse ramo. (WEISCHEIMER. 2006, p. 1)

Ainda segundo Weischeimer (2006, p. 1):

> Os jovens agricultores familiares têm como marca de sua condição juvenil a inserção subordinada aos pais no processo de trabalho familiar. Este processo de trabalho é marcado ainda por profundas desigualdades de gênero, o que faz com que as jovens mulheres encontram-se em uma posição duplamente subalterna, enquanto mulher e jovem.

Para o autor citado, pode acontecer uma crise na reprodução social entre agricultores familiares, pois os jovens por diferentes razões, principalmente as mulheres, passam cada vez mais a procurar de projetos profissionais no meio urbano do que permanecer na agricultura. E essa migração predominantemente jovem e feminina tem levado gradualmente ao predomínio

masculino entre os jovens rurais e tem contribuído para o envelhecimento da população que permanece no campo.

As oportunidades no mercado de trabalho urbano e a expansão do setor de serviços, tanto em residências como no comércio e na indústria, oferecem às jovens perspectivas novas e diferentes do papel tradicional de mãe e esposa, condição corroborada pelo seu melhor nível educacional.

A própria dinâmica interna das unidades familiares de produção, fortemente enraizada na tradição patriarcal, na qual as perspectivas de continuidade na atividade agrícola e de sucessão são mais favoráveis aos filhos – determinando um viés de gênero na sucessão da propriedade – e o próprio papel subalterno que é reservado as filhas nas famílias de agricultores, com inexpressiva participação na organização produtiva e nos processos decisórios.

Butto e Hora (2010, p. 140) explicam a saída das mulheres jovens das zonas rurais que:

> […] em grande medida, pela sua inserção desfavorável na agricultura familiar, relacionada à sua restrita autonomia econômica na gestão e acesso aos recursos produtivos, na ausência de políticas públicas direcionadas, na desvalorização atribuída ao seu trabalho e à falta de perspectiva no acesso e herança da terra.

Segundo Brumer (2004, p. 210) a seletividade da migração por sexo e idade pode ser explicada:

> […] pela falta de oportunidades existentes no meio rural para a inserção dos jovens, de forma independente da tutela dos pais, a forma como ocorre a divisão do trabalho no interior dos estabelecimentos agropecuários e pela relativa invisibilidade do trabalho executado por crianças, jovens e mulheres, pelas tradições culturais que priorizam os homens às mulheres na execução dos trabalhos agropecuários mais especializados, tecnificados e mecanizados, na chefia do estabelecimento e na comercialização dos produtos, pelas oportunidades de trabalho parcial ou de empregos fora da agricultura para a população residente no meio rural e pela exclusão das mulheres na herança.

Para Carneiro e Castro (2007, p. 60) uma das explicações para esse fato de mais mulheres migrarem pode ser encontrada:

> […] na ausência de um espaço para realização profissional nas áreas rurais, pois em geral a mulher não é reconhecida como trabalhadora agrícola ou não deseja para si esse papel, um fato que ao mesmo tempo é resultado de uma discriminação mas que acaba por impulsionar as jovens a níveis mais elevados de educação e à migração para o meio urbano […].

Portanto, a saída acentuada das mulheres jovens que não encontram no meio rural ou na região oportunidades produtivas que satisfaçam suas aspirações profissionais, significa que essas comunidades perdem não só habitantes, mas também a capacidade de trabalho e a criatividade de suas populações.

A criação da universidade pública e popular

A Universidade Federal da Fronteira Sul nasce de luta histórica nas regiões Noroeste e Norte do Rio Grande do Sul, Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina e Sudoeste e Centro do Paraná pelo acesso ao ensino superior gratuito.

A mobilização em favor da criação da universidade ganha força pelo denso tecido de organizações e movimentos sociais de mobilização comunitária, que luta pelo acesso à terra e de condições necessárias para permanecer nela. Os movimentos que somaram forças para conquistar a universidade pública para a região destacam-se a Via Campesina e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul), que assumiram a liderança do Movimento Pró-Universidade.

Como resultado da mobilização do movimento em prol da universidade, o MEC aprovou, em audiência realizada em 13 de junho de 2006, a proposta de criar uma Universidade Federal para o Sul do Brasil, com abrangência prevista para o Norte do Rio Grande do Sul, o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná, e assumiu o compromisso de fazer um estudo para projetar a nova universidade.

Em 15 de setembro de 2009, através da Lei 12.029, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, cria a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), com sede em Chapecó e Campi em Cerro Largo, Erechim, Laranjeiras do Sul e Realeza, tornando realidade o sonho acalentado por uma grande região do Brasil por quase três décadas.

A universidade pública que tem como perfil voltado as necessidades da mesorregião que se situa e com o objetivo de dar acesso e condições de permanência no ensino superior para a população mais excluída do campo e da cidade.

CONSIDERAÇÕES

A fase inicial do estudo nos permite apontar breves considerações sobre as relações da mulher no meio rural e suas relações na agricultura, de ser jovem e a migração. Podemos perceber que a mulher tem seu trabalho considerado como subalterno e desvalorizado não somente nas atividades agrícolas como em outros trabalhos, sendo as desigualdades de gênero muito mais aparente em relação a mulher.

Nas unidades produtivas não é diferente, o trabalho da mulher na agricultura é considerado como uma atividade doméstica ou ajuda. A mulher não tem poder de decisão e nem na participação sobre a divisão dos rendimentos. Atualmente, com a valorização da escolarização e o acesso as jovens têm buscado qualificação para profissões não agrícolas.

A subordinação da mulher não contribui com reprodução social da agricultura familiar, ao contrário acaba promovendo a desigualdade entre homens e mulheres dificultando a sucessão nas unidades produtivas.

Nesse âmbito, esclarece-se que a pretensão deste estudo é identificar as perspectivas que as jovens mulheres possuem em relação ao ingresso no ensino superior e os limites enfrentados em busca de melhores condições de vida. Portanto, não se tem a pretensão de esgotar este assunto que é de fundamental importância estudos sobre gênero e as jovens mulheres.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, L. Inserção das mulheres no mercado de trabalho na América Latina: uma força de trabalho secundária. In: HIRATA, H.; SEGNINI, L. **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: Senac, 2007. p. 21-42.

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. C. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 53-66.

_____. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas,** Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21699.pdf >. Acesso em: 04 out. 2013.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. Trabalho, educação e rendimentos das mulheres no Brasil em anos recentes. In: HIRATA, H.; SEGNINI, L. **Organização, trabalho e gênero.** São Paulo: Senac, 2007. p. 43-88.

BUTTO, Andrea; HORA, Karla. Integração regional e políticas para as mulheres rurais no MERCOSUL. In: PARRY, Scott; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda. (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p. 121-153

CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. C. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CARNEIRO, Maria José. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos et al. (Org.). Mundo rural e política. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DALCIN, D.; TROIAN, A. Jovem no meio rural a dicotomia entre sair e permanecer: um estudo de caso. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA & POLITICA, 1., 2009, Curitiba. **Anais Eletrônicos . . .** Curitiba: UFPR, 2009. Disponível em: < http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT7%20online/jovem-meio-rural-DioneiaDalcin.pdf >. Acesso em: 05 jun. 2014.

FERRARI, Dilvan Luiz et al. Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir? **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 12 n. 2, p. 237-271, 2004. Disponível em: <http://r1.ufrrj.br/esa/art/200410-237-271.pdf >. Acesso em: 09 out. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 09 out. 2013.

MELLO, M. A.; SILVESTRO, L. S. Educação e capacitação profissional: desafios para a formação de novos agricultores familiares. **Agropecuária Catarinense,** Florianópolis, v. 15, p. 55-59, nov. 2002.

SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, Verão, 2003. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/>. Acesso em: 09 out. 2013.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. Juventude rural: uma categoria social em construção. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 12., 2005, Belo Horizonte. **Anais Eletrônicos . . .** Belo Horizonte: SBS, 2005. Disponível em: <www.ufrb.edu.br/petsocioambientais/downloads/.../download>. Acesso em: 05 jun. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **PPC Ciências Naturais**. Disponível em: <http://www.uffs.edu.br/index.php>. Acesso em: 09 out. 2013.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. C. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 21-34.

WEISHEIMER, Nilson. Jovens agricultores: intersecções entre relações sociais de gênero e projetos profissionais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GENERO 7., 2006, Florianópolis. **Simpósios e pôsteres…** Florianópolis: UFSC, 2006. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/N/Nilson_Weisheimer_01.pdf >. Acesso em: 02 out. 2013.